PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA

(RECIFE)

<http://www.revista.ufpe.br/ensinodegeografia>

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

EDUCAÇÃO, CINEMA E CIDADANIA: O ENSINO DE GEOGRAFIA EM PRESÍDIOS DE IMPERATRIZ - MA

Allison Bezerra Oliveira

Doutor em Geografia pela UFPE e Professor Adjunto CCHSL/UEMASUL

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão – GPS

e-mail: allisonbzzr@gmail.com

Erica da Silva Pereira

Bolsista de Extensão do curso de Geografia CCHSL/UEMASUL

Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do Maranhão – GPS

e-mail: ericapsilva2018@outlook.com

RESUMO: O presente trabalho apresenta resultados oriundos de atividades desenvolvidas no âmbito do programa de extensão da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL sobre o papel do ensino de Geografia em presídios. Dessa forma, buscou-se como objetivo principal apresentar o papel da extensão universitária e dialogar sobre sua contribuição em processos de ressocialização no sistema prisional brasileiro por meio do ensino da ciência geográfica. No processo, foram utilizadas linguagens audiovisuais - em especial o cinema, e, especificamente, filmes e documentários - como mecanismos de ensino de temas importantes da Geografia para detentos da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz – MA, no período de setembro de 2016 a maio de 2017. Os resultados reiteram o papel da educação como ferramenta fundamental para ressocializar apenados e apontam para o maior alcance do ensino quando se utiliza instrumentos mais atraentes para o estudante, sobretudo aqueles em processo de ressocialização no sistema penitenciário brasileiro.

Palavras-Chaves: Ensino de Geografia. Sistema Prisional. Ressocialização. Cinema.

EDUCATION, CINEMA AND CITIZENSHIP: THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN IMPERATRIZ PRISONS - MA

ABSTRACT

The present work presents results from activities developed within the scope of the extension program of the State University of the Tocantina Region of Maranhão - UEMASUL on the role of teaching geography in prisons. Thus, the main objective was to present the role of university extension and to discuss its contribution in resocialization processes in the Brazilian prison system through the teaching of geographic science. In the process, audiovisual languages were used - especially the cinema, and specifically, films and

documentaries - as teaching mechanisms of important subjects of Geography for inmates of the Prison Reformization Unit of Imperatriz - MA, from September 2016 to May of 2017. The results reiterate the role of education as a fundamental tool to re-socialize distressed and point to the greater reach of teaching when using more attractive instruments for the student, especially those in process of resocialization in the Brazilian penitentiary system.

Keywords: Teaching Geography. Prison System. Resocialization. Cinema.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes gargalos sociais do Brasil está diretamente ligado ao sistema carcerário e a todas as debilidades que o acompanham: desde a compreensão e constituição de políticas públicas eficazes que evitem que grupos sociais em situação de vulnerabilidade adentrem o crime, até questões fundamentais, como a garantia de direitos básicos daqueles que estão sob a tutela do Estado, direitos como a promoção de condições de ressocialização.

No processo de ressocialização, a educação constitui elemento fundamental, na medida em que o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2017) nos apresenta dados de que aproximadamente 65% dos presos no Brasil possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 9% são analfabetos, e menos de 13% têm acesso a atividades educativas no período de cumprimento da pena.

Nesse contexto, observa-se o quanto a educação é clara e inequívoca ferramenta de garantia de direitos básicos e inalienáveis para aqueles em situação de cerceamento da liberdade. Tomando como base essa compreensão, o presente trabalho tem por objetivo principal dialogar a respeito do papel da extensão universitária como importante mecanismo que contribui para com os processos de ressocialização no sistema prisional brasileiro, em especial através do ensino da ciência geográfica. A utilização da Geografia justifica-se por ser uma ciência de ordem crítica e aliar conhecimentos da relação homem x natureza, permitindo, assim, utilizar no âmbito educacional os conhecimentos do próprio contexto do detento.

Santos (1987, 1978) assim nos revela que para além da formação teórica do educando da Geografia, é importante reconhecer a relevância dessa ciência como Geografia cidadã. Entendê-la dessa forma implica não só visões que possibilitem visualizar os problemas da sociedade, mas também que nos permitam pensar caminhos para superá-los por meio de ações.

Dessa forma, os resultados aqui apresentados são oriundos de atividades de extensão desenvolvidas através da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), no período de setembro de 2016 a maio de 2017. O cinema foi utilizado como linguagem lúdica e atrativa para a transmissão de conhecimentos ao público-alvo.

A Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI) foi inaugurada em 2016 pelo Governo do Estado do Maranhão e recebeu inicialmente 190 presos que cumpriam pena nas cidades do sul do estado. Construída para alojar presos sentenciados, a UPRI possui 18 celas, sendo 16 delas com capacidade para 12 presos, e 2 com espaço para 6 detentos. Durante o processo de extensão universitária, foram atendidos 30 presos.

Por fim, além desta introdução, da seção de metodologia e das considerações finais, este trabalho estrutura-se também nas seguintes seções teóricas: a primeira, “*O sistema prisional brasileiro, o direito à educação e suas contradições*”, na qual é apresentada a questão do sistema prisional e alguns de seus históricos problemas, além do papel emancipador da educação; e a segunda, “*Cinema como linguagem no ensino de Geografia no sistema prisional*”, em que é discutido o papel do cinema nesse contexto, compreendendo essa linguagem como importante ferramenta de ensino lúdico desta ciência. Por fim, a última seção, “*Resultados e discussões*”, apresenta as discussões a partir dos resultados fruto das atividades de extensão realizadas.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO, O DIREITO À EDUCAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

A história do sistema penitenciário brasileiro fundamenta-se na exclusão social. Foi a partir do século XIX que começaram a surgir prisões com celas individuais, oficinas de trabalho e uma arquitetura própria para a pena de prisão. No Brasil, o sistema prisional é compreendido pelo sistema penitenciário, em que estão envolvidas as cadeias públicas e as carceragens dos distritos policiais existentes.

O Código Penal de 1890 possibilitou estabelecer novas modalidades de prisão, considerando que não haveria mais penas perpétuas e coletivas, limitando-se às penas restritivas de liberdade individual, penalidade de no máximo 30 anos, além de reclusão e prisões com trabalho obrigatório e prisão disciplinar.

A base do sistema brasileiro é a do sistema progressivo, em que são considerados os seguintes estágios: o de isolamento, o de trabalho em conjunto e o de livramento condicional. O Código de 1890 trouxe uma grande novidade, a prisão celular, considerada uma punição moderna e, portanto, base para a arquitetura penitenciária. Não obstante, o aumento gradativo da população carcerária confrontou-se com a limitação espacial das prisões, inviabilizando a cela individual.

Entretanto, no Brasil começaram a surgir construções de pavilhões isolados, com limite máximo de presos por unidade carcerária. Ao invés de muros ou muralhas, foi adotado o uso do alambrado para o estabelecimento de segurança média ou mínima, o que revela um elemento arquitetônico importante, pois o preso passa, a partir de aí a ter um maior contato visual com o exterior, ampliando o seu raio de visão na tentativa de ampliar seu próprio horizonte. Hoje o Brasil tem uma arquitetura prisional própria, que tem suas origens a partir da década de 1960.

Segundo o art. 39 da Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal), de 11 de julho de 1984, é dever do condenado manter um comportamento disciplinado; cumprir a sentença; obedecer e respeitar o servidor e qualquer pessoa com quem se relacionar; ter conduta oposta em relação aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão de ordem; fazer execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas; realizar a higiene pessoal e a limpeza de cela ou alojamento, dentre outros deveres (BRASIL, 1984).

Entretanto, o condenado também possui direitos, presentes no art. 41 da mesma lei. Lá estão o direito à alimentação suficiente, ao vestuário e à previdência social; distribuição do tempo entre trabalho, descanso e recreação; direito à assistência material, de saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; visita de parentes em dias determinados; e contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não venham comprometer a moral e os bons costumes. Além disso, há o direito de contratar um médico pessoal para o internado ou de ser submetido a tratamento ambulatorial por seus familiares ou dependentes com finalidade de orientar e acompanhar o tratamento (BRASIL, 1984).

Em junho de 2014, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ divulgou que o Brasil é o terceiro país do mundo com a maior população carcerária, atingindo o total de 711.463 presos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, ambos com 2,2 milhões e 1,7 milhões de presos, respectivamente.

A efetividade da ressocialização no âmbito carcerário está longe de ser uma realidade. Estudos apontam que aproximadamente 76% dos presos ficam ociosos na prisão e, em todo o país, apenas 17% deles estudam no cárcere, ou seja, participam de atividades educacionais de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e supletivo, estatísticas que contrastam com o dado de que o estudo na prisão diminui as chances de reincidência criminal em até 40% (PRUDENTE, 2013). Ademais, como apresentado na introdução deste trabalho, os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2017) apontam que aproximadamente 65% dos presos no Brasil possuem apenas o ensino fundamental incompleto, e 9% são analfabetos.

O quadro reflete a omissão do poder público em conflito com a legislação nacional e internacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996), que regulamenta a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso I, estabelece que toda a população brasileira tem direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, sendo assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.

E a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) prevê a educação escolar no sistema prisional. Em seu artigo 17, estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso. Já o artigo 18 determina que o ensino fundamental é obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade federativa, e o artigo 21 exige a implementação de uma biblioteca por unidade prisional - para uso de todas as categorias de reclusos - provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Nessa perspectiva, é necessário compreender que, sem dúvidas, a ressocialização através da educação é um dos métodos mais eficazes para o Estado combater a reincidência criminal dos detentos e egressos. Através da educação é possível promover um retorno à dignidade, usurpada desses indivíduos durante sua passagem pela prisão, reinserindo-os novamente no contexto social, de forma igualitária e democrática, de maneira que estes indivíduos se sintam iguais aos demais membros da sociedade, capazes de retomar suas vidas com competência e qualificação.

É importante destacar que é dever do Estado punir aqueles que cometem delitos, mas também é sua responsabilidade assegurar que todos os direitos dessas pessoas sejam respeitados enquanto elas pagam pelo crime que cometeram; seus direitos não podem ser atingidos pela sua perda de liberdade. Nesse sentido, cabe ao Estado garantir um processo de ressocialização eficiente para que, posteriormente, esses indivíduos sejam reinseridos na

sociedade e não venham a cometer mais crimes, uma vez que a finalidade da pena não é só punir, mas também prevenir.

Convém lembrar que dentro do sistema carcerário são muitas as atividades que podem ser desenvolvidas para alcançar a finalidade da ressocialização; a educação é a mais preciosa delas. Torna-se indispensável propiciar meios para efetivar a reinserção do preso na sociedade após cumprir a sua pena, capacitando-o para ter um trabalho e uma vida dignos, de tal maneira que não volte ao meio criminoso.

Segundo o Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (FREIRE, 2007, p. 23). A emblemática frase de Freire consegue descrever a realidade do sistema penitenciário quanto aos meios para realizar um efetivo processo de ressocialização, demonstrando que através da educação o indivíduo torna-se capaz de se identificar como ente pertencente à sociedade, libertando-se do paradigma de segregação e da baixa autoestima, e resgatando a sua nova posição social.

Conforme a Lei nº 7.210/1984, art. 10, é dever do Estado a assistência ao preso e ao internado, objetivando a prevenção ao crime e o seu retorno à sociedade. Tais assistências elencadas no artigo são relativas às assistências material, de saúde, jurídica, educacional, social e religiosa e acolhem tanto o detento em regime fechado quanto o egresso (BRASIL, 1984).

Ainda nessa legislação, os artigos. 17 a 21 descrevem como deverá ser aplicada a assistência educacional no âmbito carcerário. Esta, segundo a lei, terá que compreender: a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado; o ensino de 1º grau obrigatório, integrado ao sistema escolar da unidade federativa; o ensino profissional, ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico, sendo este adequado à condição da mulher condenada; atividades educacionais que poderão ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, desde que estas instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Além disso, cada unidade prisional, em atendimento às condições locais, deverá ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

É importante ressaltar que a assistência à educação no âmbito penitenciário não se trata de um privilégio concedido ao preso, embora essa ideia seja erroneamente disseminada na sociedade. Trata-se de um direito garantido a ele pela Constituição de 1988 e pela Lei de

Execução Penal de 1984, assegurado pela própria Carta Magna segundo a qual “todos são iguais perante a lei” (art. 5º) (BRASIL, 1988).

O CINEMA COMO LINGUAGEM NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO SISTEMA PRISIONAL

Para Callai (2000, p. 84), “estudar e compreender o lugar (espaço), em geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais e humanas”. Compreender o lugar e o espaço em que vivemos permite que conheçamos a nossa história e, conseqüentemente, os fatos sociais e naturais que se difundem nesse espaço de vivência. Em outras palavras, tal conhecimento se torna uma efetiva ferramenta emancipadora do sujeito, agente de sua própria realidade, e não mero observador passivo das multiplicidades que o cercam.

O cinema está diretamente ligado à percepção de mundo. Fatos históricos, pessoas e acontecimentos em geral sempre foram retratados em filmes, contribuindo para criar representações sociais reproduzidas no e pelo imaginário coletivo. Em sua constituição, a vida imita a arte e vice-versa; representações de variados tipos são reproduzidas em sua totalidade ou com adição de vários outros elementos: políticos, econômicos, simbólicos, culturais. Assim, “muito da percepção que temos da história da humanidade talvez esteja irremediavelmente marcada pelo contato que temos/tivemos com as imagens cinematográficas” (DUARTE, 2002, p. 18).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o ensino de Geografia deve comprometer-se com o desenvolvimento do aluno como um crítico, e para tanto, deve fornecer instrumentos que o ajudem a refletir criticamente, pesquisar informações sobre o mundo, ser criativo e tomar decisões. Tendo como referência o que dispõem os valores formais da educação, evidenciados nas diretrizes curriculares, o processo de aprendizagem deve desenvolver e fortalecer a autonomia de cada aluno para recriar o que foi aprendido, permitindo que ele tenha capacidade de desenvolver ações de intervenções na sociedade.

Na sociedade do século XXI – a sociedade da informação –, compete ao educador dispor dos meios informacionais como importantes instrumentos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a adoção de metodologias alternativas vem aprimorar e

tornar mais significativas as relações implicadas no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009):

Na era da globalização, em que as informações chegam de forma muito rápida por meio da televisão, do cinema, do rádio, do vídeo, do computador, o trabalho pedagógico do professor enriquecerá se ele utilizar esses recursos para a produção de um conhecimento que ajude o aluno a compreender o mundo em que vive. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 263).

Compete ao professor saber a melhor maneira de utilizar recursos didáticos como uma abordagem diferente e mais atrativa para os alunos na assimilação dos conhecimentos científicos no ensino de Geografia. O professor não deve focar apenas no uso do livro didático como única fonte do conhecimento, mas sim utilizar esse suporte como uma das muitas ferramentas que podem ser trabalhadas no ensino da disciplina, devendo buscar uma metodologia que contemple a aprendizagem significativa do aluno.

Para Queiroz Filho (2009, p. 154), “o cinema nos faz repensar o próprio conceito de espaço geográfico, que deixa de ser apenas superfície, para a qual se dirige o nosso olhar, para ser um modo de pensar [e agir] o mundo, o próprio olhar”. O cinema, além de ser uma ótima forma lúdica de se trabalhar o ensino, permite ao professor a interdisciplinaridade, pois a maior parte dos filmes costuma envolver mais de uma temática. O filme possui linguagem mais simplificada, propõe maior interação dos sentidos, trabalha a percepção, a abstração, e a assimilação com o real se dá de maneira espontânea, além de ter acesso facilitado a um custo relativamente baixo.

Documentários, em específico, são instrumentos eficientes para se estudar a Geografia, sobretudo como estudo da paisagem ou modo de vida de um determinado lugar, tentando aproximar as diferenças culturais entre o aluno e os lugares que ele pouco conhece ou mesmo desconhece. A educação geográfica exige renovação e inovação do ensino, para além do planejamento de situações didáticas, buscando promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos.

Contudo, o uso do cinema como recurso didático, assim como o de qualquer outra ferramenta que auxilie na aprendizagem, deve ser fruto de um acurado planejamento de ensino, bem como ser adequado ao público-alvo. Viana (2010) explica o cuidado e a atenção que devem ser tomados quando do uso do cinema no contexto educacional:

Os filmes devem ser escolhidos pela articulação dos conteúdos e conceitos (a serem) trabalhados (ou já trabalhados) tendo-se em mente o conjunto de objetivos e metas a serem atingidas na disciplina. Por isso, certamente não serão encontrados filmes próprios para todos os conteúdos, tendo de haver conexão do conteúdo do filme a ser trabalhado com a disciplina lecionada. (VIANA, 2010, p.12).

Cabe ao professor direcionar a análise e o debate dos alunos para os problemas e as questões surgidas, com base no argumento, no roteiro, nos personagens, nos valores morais e ideológicos que constituem a narrativa da obra (NAPOLITANO, 2003). É importante que o professor não se limite somente à história do filme, mas que o discuta para o melhor aproveitamento do educando.

A construção e reconstrução do saber englobam conhecimentos diferenciados, noções e conceitos geográficos, competências e habilidades cognitivas e técnicas para a leitura geográfica do mundo. Nesse sentido, não basta o professor dominar o conhecimento geográfico, é preciso ter clareza sobre qual metodologia utilizará para atender às necessidades do conhecimento e compreensão dos alunos. Além disso, é preciso competência para atingir com eficácia os objetivos do ensino, respeitando as diferenças sociais, políticas e culturais do grupo.

Quando se fala em linguagens para o ensino de Geografia, não estamos nos referindo ao simples uso de recursos na sala de aula ou fora dela, mas sim à instrumentação desses recursos, garantindo a compreensão espacial e a construção de conhecimento, garantindo que não haja apenas a apresentação dos conteúdos, mas que estes possam ser trabalhados de maneira efetiva na construção coletiva do saber. Cavalcanti (2012) argumenta em favor desse tipo de ensino:

Muitos trabalhos propõem metodologias “alternativas”, por exemplo, como uso de diferentes linguagens (...), de recursos tecnológicos (...) Esses trabalhos tem o mérito de apontar a potencialidade desses recursos para a mobilização necessária à aprendizagem, de possibilitar uma comunicação mais “realista” dos professores com os jovens escolares e de permitir uma identificação do aluno com os conteúdos estudados, sendo assim adequados a uma aprendizagem significativa. (CAVALCANTI, 2012. p. 198).

As linguagens, em sua constituição, utilizam elementos que estimulam e aguçam os sentidos, tornando mais prazeroso e atrativo o processo de ensino e aprendizagem. A linguagem audiovisual é composta por outras três linguagens - verbal, sonora e visual - que,

conjugadas, transmitem uma mensagem específica. A leitura dessa linguagem pressupõe o conhecimento dos seus elementos, seus códigos e processo de construção.

Dessa forma, a linguagem do cinema, ou linguagem fílmica, possibilita interações pedagógicas, culturais e cidadãs (críticas) que oportunizam o acesso a diferentes pontos de vista, de forma que se tenha como forte ferramenta a capacidade de politizar o espaço e o tempo. Contudo, “não trata-se de pedagogizar o cinema, mas sim de concebê-lo como arte, propiciando aos estudantes experiências estéticas, traduzidas pela dimensão da sensibilidade e da estesia que linguagens cinematográficas possibilitam aos sujeitos” (TOCANTINS; FERREIRA, 2017, p. 11226), sobretudo quanto a processos críticos de emancipação social.

METODOLOGIA

Com relação à metodologia empregada neste estudo, ressaltamos o uso das abordagens qualitativas, considerando as contribuições fornecidas por Brandão (2009) e Minayo (2010). A metodologia aqui aplicada se deu a partir da pesquisa exploratória, baseando-se em livros e artigos científicos; foi organizado um cronograma de estudos embasado na revisão de literatura, na descrição do objeto de estudo e no levantamento de dados em campo sobre o público-alvo.

O desenvolvimento das atividades de extensão se deu em três momentos previamente definidos: a) vivência (setembro a outubro de 2016); b) planejamento (novembro a dezembro de 2016); e c) ação (janeiro a maio de 2017). O período de vivência compreendeu dois meses de visitas periódicas semanais à unidade prisional, com o objetivo de compreender a dinâmica de seu funcionamento e rotina dos presos. A etapa de planejamento deu-se em função da sistematização de horários, durabilidade, datas e tipos de atividades que seriam realizadas no projeto, considerando níveis de formação dos presos participantes, rotinas de trabalho, liberação dos indivíduos de suas celas e segurança. A última etapa, de ação, compreendeu um primeiro momento de diálogos, sobre temas norteadores (Quadro 1), com diretores, professores e demais profissionais que atuam diretamente na educação dos presos. Os diálogos¹ tiveram como objetivo compreender a dinâmica de funcionamento da unidade. Informações sobre os presos seriam captadas apenas através de conversas.

¹ Optou-se por roteiros para conversas em lugar de questionários propriamente estabelecidos, tanto com presos quanto com funcionários. Tal alternativa deu-se em função da relutância do público-alvo em responder um contingente maior de perguntas.

Quadro 1: Norteadores dos diálogos realizados com funcionários da UPRI

Norteadores dos questionários
O desenvolvido das atividades de educação na unidade
Os níveis de instrução formal dos detentos
Dificuldades encontradas no processo de educação
Séries trabalhadas e idade dos que participam
Principais obstáculos no ensino
Existência de professores de Geografia atuando na Unidade
Como é realizada a participação do preso e seu acesso até a sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O planejamento das atividades - dinâmicas de grupo e cinema - contou com a participação da coordenação e dos profissionais da instituição. Essa participação coletiva parte do entendimento de que a utilização de filmes/documentários em sala de aula não pode ser feita de forma aleatória e sem relação com um determinado assunto, assim como não deve corresponder a um “descanso” dos professores e uma sessão de cinema para os alunos. É uma atividade que demanda planejamento, incluindo a obrigatoriedade de que a equipe envolvida assista aos vídeos previamente, antes de utilizarem-nos com os estudantes. Para Cavalcante (2008, p. 2),

o importante no uso de filmes em sala de aula – seja um documentário ou uma ficção, seja um longa ou curta-metragem – é ter muito claro o que queremos com a apresentação do filme, que função ele terá na aula. Algumas coisas óbvias devem ser ditas: o professor nunca deve exibir filmes que não o tenha assistido, mesmo quando é uma sugestão dos alunos – pode-se correr o risco de mostrar alguma coisa não adequada.

Desta forma, foram utilizadas 16 produções audiovisuais, entre documentários e filmes, apresentados de forma semanal e seguidos de atividades pautadas em reflexões, discussões, associações com o cotidiano e exercícios práticos, resumidos no Quadro 2, a seguir. Em todos eles buscou-se refletir sobre temas importantes como: globalização, meio ambiente, saúde, geografia da fome, igualdade racial e políticas públicas, direitos humanos e cidadania, desigualdade social e pobreza.

Quadro 2: Documentários e filmes utilizados com os presos

Título	Objetivo
A Última Hora	Discutir a problemática ambiental do modelo de desenvolvimento convencional, dos combustíveis fósseis, do consumismo exagerado, do poder da mídia na globalização, do lixo produzido, do crescimento demográfico, das fontes de energia alternativas.
Ilha das Flores	Debater temas como consumismo, desigualdade social, fome e pobreza.
Geografia da fome	Compreender a fome enquanto processo de estruturas socioeconômicas defeituosas e apresentar a vida e obra de Josué de Castro.
Preto no Branco: Nem tudo é o que parece	Debater sobre falas de brasileiros a respeito da condição do negro no Brasil.
Carta a Mãe África	Discutir o preconceito étnico-racial existente no Brasil.
Obsolescência programada	Proporcionar ao educando a compreensão acerca de temas relevantes como consumo, impacto ambiental e economia.
Milton Santos: por outra globalização	Apresentar de forma crítica o processo de globalização no mundo sob três enfoques: perversidade, fábula e possibilidade.
O que mudou nos últimos 5 anos	Discutir transformações nas tecnologias nos últimos anos e os impactos em nossas vidas.
A história das coisas	Entender o processo de produção dos bens, seu consumo e o impacto no planeta.
Os rios e a vida: Amazonas	Refletir sobre a Amazônia enquanto importante bioma brasileiro.
O povo Brasileiro	Compreender o processo de constituição étnico-racial da população brasileira e a riqueza da diversidade.
Depois do Fervo	Refletir de forma problematizada sobre a diversidade no Brasil e a homofobia.
A Segunda Guerra Mundial vista do espaço	Apresentar a Segunda Guerra Mundial e sua questão geopolítica a partir de uma nova visão espacial.
O nome da Rosa	Apresentar o debate sobre a importância da ciência e da investigação em face do senso comum.
"Raça Humana"	Refletir sobre o papel das cotas nas instituições de ensino superior e na educação como instrumento de emancipação social.
Tempos Modernos	Discutir as transformações no trabalho ao longo da Revolução Industrial e o modelo de produção fordista.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Todas as atividades foram desenvolvidas de acordo com a aptidão e as potencialidades dos estudantes. Participaram 18 detentos com grau de escolaridade compreendido entre a 3ª

série incompleta do ensino fundamental e a 8ª série completa também do ensino fundamental. As atividades foram acompanhadas de recursos - para além do computador e televisão – tais como pincéis, cartolinas, lápis de cor, tinta guache, papel madeira e reportagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI) disponha de salas com cadeiras e quadros para o desenvolvimento de atividades de educação, estas, no período de execução das atividades de extensão não eram realizadas de forma regular por dois motivos principais: o primeiro motivo é referente à disponibilidade de professores, porque há dificuldade no estabelecimento de uma parceria entre os níveis de governo. Cabe ao governo estadual fornecer a infraestrutura, enquanto os docentes são cedidos pelo município, mas isso nem sempre acontece de modo regular. O segundo motivo trata do fato de que a UPRI pouco conseguiu avançar na inserção de um número maior de apenados no processo de educação regular, uma vez que além do interesse particular destes em participar das atividades, é necessária permissão dos líderes de celas e de facções para que isso ocorra. A liberação para a saída das celas e ida até as salas de aula é forte limitador do acesso à educação na unidade.

NA UPRI, são oferecidas somente a 5ª e a 6ª séries do ensino fundamental na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Há pouca informação sobre os níveis de instrução formal da população carcerária, além de um déficit de profissionais das diversas áreas do conhecimento, existindo somente professores nas áreas de matemática e história com pouca regularidade de presença. O único profissional da educação a desenvolver um trabalho regular tratava-se de um pedagogo.

A participação dos presos no ensino regular passa por processo de controle formal da unidade prisional e também por controle informal. O formal compreende os procedimentos que a unidade utiliza para garantir a segurança, ou seja, os internos devem ter bom comportamento e apresentar iniciativa para participar das atividades. O informal trata das regras estabelecidas dentro da unidade pelos próprios presos e seus líderes, como a liberação ou não para saída da cela. Esta, por sua vez, deve estar condicionada à autorização do “líder” ou “grupo responsável” pela cela.

As atividades iniciaram-se com 6 internos, e à medida que o projeto foi se desenvolvendo ampliou-se o número para 18 internos, com faixa etária entre 23 e 40 anos. Todos os participantes se consideram negros ou pardos e nenhum destes concluiu o ensino fundamental. O aumento significativo de participantes se deu em função da regularidade das atividades, que foram realizadas uma vez por semana, e por se tratarem de dinâmicas que eram prazerosas para eles. O cinema como linguagem e recurso didático possibilitou que, de forma lúdica, os internos fossem levados a refletir sobre os temas apresentados, podendo associá-los com a própria vida antes e depois do encarceramento, como apresentado na Figura 1, a seguir.

Figura 1: Sessões de cinema com os internos da Unidade Prisional de Imperatriz – MA

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A ausência de um profissional com formação específica em Geografia refletiu diretamente no diagnóstico realizado. Segundo os internos, a maior dificuldade para o aprendizado e o desenvolvimento da capacidade de associar os temas apresentados com seu próprio cotidiano fundamenta-se na baixa qualidade do ensino dessa ciência antes do encarceramento, bem como na falta de profissional com formação específica para ensinar estes conhecimentos na unidade prisional. Dessa forma, a não atuação multidisciplinar de profissionais de diversas áreas do conhecimento na educação dos detentos representa um grande gargalo no processo de ressocialização nesses espaços.

Contudo, ao longo das primeiras semanas, o número de participantes aumentou na medida em que a associação entre o cinema e as dinâmicas pôde proporcionar gradativamente a percepção de temas apresentados nos filmes e a conexão destes com o cotidiano das pessoas. Essa conexão transformou a utilização do cinema em atividade lúdica, e não apenas

em mero passatempo. O aprendizado desenvolvido de forma mais dinâmica e atrativa pode desencadear a compreensão de temas cotidianos, como globalização, economia, preconceito, meio ambiente e desigualdade social.

O adequado equilíbrio entre as palavras e as imagens facilita os processos de desenvolvimento do pensamento em geral e, em particular, o processo de ensino-aprendizagem. Sem sensações, percepções e representações não há desenvolvimento do pensamento; daí ser importante, sempre que possível, além das palavras, usar representações visuais (VIANA, 2010).

No processo, houve respostas favoráveis de estudantes que não participavam de nenhuma atividade dessa natureza e que desejaram participar efetivamente do ensino regular da instituição. A percepção da importância e variedade de temas estudados pela Geografia chamou atenção na medida em que houve uma mudança de entendimento sobre a disciplina, antes vista – de modo grosseiro - como ciência apenas de conhecimento básicos, passou a ser vista como uma ciência de amplitude muito maior, que analisa e discute temas de importância na vida dos detentos em diversos âmbitos.

Figura 2: Atividades realizadas com os internos da Unidade Prisional de Imperatriz – MA

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Para além dos níveis de conhecimento formal e do avanço na compreensão de temas importantes da Geografia através do cinema, as dinâmicas desenvolvidas após as sessões – com o objetivo de aprofundamento e associações dos temas discutidos nos filmes - possibilitaram maior integração e aproximação entre detentos que antes não tinham nenhum contato. A geografia documentada, neste sentido, diminuiu distâncias e eliminou barreiras na

compreensão crítica do papel ativo do educando no processo de transformação de sua própria realidade através da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do ensino da Geografia, para detentos da unidade prisional em questão, parte do pressuposto de que por ser uma ciência humana – e, sobretudo, crítica – apresenta elementos de diversas vertentes sobre o mundo em suas mais diversas escalas, desde o global até o mundo particular do detento. Contextos distintos podem ser observados e apreendidos na medida em que se percebe as diferentes formas de compreensão dos conteúdos passados e a relativa identificação com a vida de cada um.

A linguagem audiovisual, composta por outras três linguagens – verbal, sonora e visual – transmite uma mensagem específica, cuja leitura pressupõe o conhecimento de elementos e códigos próprios dessa linguagem. Dessa forma, a utilização do cinema como ferramenta de ensino de Geografia e de temas fundamentais na vida das pessoas busca associar informações abordadas pela produção fílmica e o mundo do estudante, de modo que este se coloque como agente do seu processo educacional na medida em que discuta e reflita sobre os elementos apresentados nos documentários e filmes, associando-os sempre com sua própria realidade. Assim, o cinema como recurso didático, em alguma medida, converte-se também em elemento de transformação e mudança.

Essas mudanças foram percebidas à medida que os debates, questionamentos e reflexões aumentaram ao longo do projeto. O aprendizado através do cinema se tornou com o tempo mais atrativo que o marasmo, a rotina do cerceamento. O processo de reflexão sobre as relações entre os temas apresentados e a própria vida dos internos passou a ter cada vez mais destaque, visto que reflexões pessoais eram constantemente colocadas frente aos temas apresentados.

Como principal desafio e obstáculo está a própria concepção prática de Unidades Prisionais no Brasil, pois embora exista ampla legislação normativa sobre condutas e práticas relativas à ressocialização, essas considerações ainda estão significativamente no âmbito utópico. A unidade aqui abordada, em específico, não possui professores de Geografia, todo o

ensino é proporcionado por um profissional de Pedagogia. Não há processos seletivos para a atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. E embora existam salas adequadas para o ensino, havia pouca compreensão da importância da educação como mecanismo de ressocialização.

Por fim, há de se reiterar o papel das atividades de extensão como importante instrumento de mudança social, e o ensino da Geografia como elemento fundamental no processo de crítica e compreensão do espaço produzido e vivido pelo sujeito. Tais atividades possibilitam fortemente a construção de agentes ativos de sua própria realidade, sobretudo aqueles em processo de ressocialização penal.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 15-21.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l7210.htm>. Acesso em: 6 abr. 2018.

_____. levantamento nacional de informações penitenciárias - INFOPEN. Ministério da justiça e segurança pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf. Acesso em 08 maio 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino. Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 06 mai. 2018.

_____. Constituição Federal brasileira de 1988. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 06 mai. 2018

CALLAI, Helena Coppeti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de S. Ensino de Geografia e diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, Sônia (Org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. No escurinho da classe - o filme como recurso didático na escola. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1100>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

DUARTE, R. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. (Org.). **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **Sistema Prisional Brasileiro: Desafios e Soluções**. 2013. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/neemiasprudente/2013/03/06/sistema-prisional-brasileiro-desafios-esolucoes/>. Acesso em: 10 maio 2017.

QUEIROZ FILHO, Antônio Carlos. **Vila-floresta-cidade: território e territorialidades no espaço fílmico**. 2009. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. SP: Hucitec, 1978.

TOCANTINS, Andréia Cristina Teixeira; FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. As múltiplas linguagens no ensino de geografia e história nos anos iniciais: possibilidades e limites de um ambiente alfabetizador. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPress - Editora Universitária Champagnat, 2017.

VIANA, Marger da Conceição Ventura. **O cinema na Sala de Aula e a Formação de Professores de Matemática**. Minicurso oferecido aos alunos do Curso de Matemática na UFRJ. Dia de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. 18 de maio de 2010. Seropédica – RJ.